

**TERMO DE CONTRATO**

**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**

**SERVIÇOS – LICITAÇÃO**

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**AUTARQUIA FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 8ª REGIÃO**  
**ESTADO DO AMAZONAS – CREF8/AM-AC-RO-RR**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/2026, QUE  
FAZEM ENTRE SI **O CONSELHO REGIONAL DE**  
**EDUCAÇÃO FÍSICA DA 8ª REGIÃO - CREF8/AM-AC-RO-**  
**RR E \_\_\_\_\_.**

O CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 8ª REGIÃO – CREF8/AM-AC-RO-RR, Autarquia Federal, inscrito no CNPJ nº 03.816.805/0001-04, com sede na Avenida Maués, nº 1023, Bairro Cachoeirinha, Manaus/AM, CEP 69065-070, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Lyndon Johnson de Azevedo Furtado, CREF8/AM nº 000012, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF nº \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, conforme atos constitutivos constantes dos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 17/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123/2006, da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), bem como das demais normas aplicáveis à espécie, resolvem celebrar o presente Contrato Administrativo, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90016/2026, cujo objeto consiste na Contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos administrativos, mobiliário corporativo e solução de conectividade via satélite, incluindo fornecimento, transporte, instalação, montagem, ativação, configuração, testes operacionais, garantia e demais serviços necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos destinados à sede e às Seccionais do Conselho Regional de Educação Física da 8ª Região – CREF8/AM-AC-RO-RR, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

**1.1.** O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos administrativos, mobiliário corporativo e solução de conectividade via satélite, incluindo fornecimento, transporte, instalação, montagem, ativação, configuração, testes operacionais, garantia e demais serviços necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos destinados à sede e às Seccionais do Conselho Regional de Educação Física da 8ª Região – CREF8/AM-AC-RO-RR, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Termo de Referência.

**1.2.** Integram o objeto todos os materiais, acessórios, componentes, suportes, cabeamentos, adaptações, ferramentas, mão de obra especializada, instalação, configuração, testes, garantia e demais itens necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos fornecidos.

**1.3.** Os equipamentos deverão ser entregues, instalados e colocados em funcionamento nos locais indicados pela Contratante, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência.

**1.4.** Vinculam esta contratação:

I – Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026;

II – Termo de Referência e seus anexos;

III – Proposta da Contratada;

IV – Demais documentos integrantes do processo administrativo.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
<b>1 – EQUIPAMENTOS ADMINISTRATIVOS</b>	1	Aparelho de Ar-Condicionado Split Hi-Wall 18.000 BTUs, tecnologia inverter, incluindo fornecimento, instalação, materiais, acessórios, testes e entrega em pleno funcionamento – Rio Branco/AC.	633899	Unidade	01	R\$	R\$
	2	Fragmentadora automática de documentos, capacidade mínima de 100 folhas em alimentação automática, nível de segurança P-4 ou superior – Manaus/AM.	607689	Unidade	01	R\$	R\$
	3	Fragmentadora automática de documentos, capacidade mínima de 100 folhas em alimentação automática, nível de segurança P-4 ou superior – Rio Branco/AC.	607689	Unidade	01	R\$	R\$
	4	Fragmentadora automática de documentos, capacidade mínima de 100 folhas em alimentação automática, nível de segurança P-4 ou superior – Porto Velho/RO.	607689	Unidade	01	R\$	R\$
	5	Fragmentadora automática de documentos, capacidade mínima de 100 folhas em alimentação automática, nível de segurança P-4 ou superior – Boa Vista/RR.	607689	Unidade	01	R\$	R\$
	<b>VALOR TOTAL GRUPO 01: R\$</b>						
<b>GRUPO 02 – SOLUÇÃO DE CONECTIVIDADE VIA SATELITE COM PLANO</b>	6	Fornecimento, instalação, ativação e configuração de solução de internet via satélite de órbita baixa (LEO), incluindo antena, roteador, cabeamento, suportes, acessórios necessários ao pleno funcionamento e plano de conectividade pelo período de 12 (doze) meses, na modalidade residencial de alto desempenho, com velocidades de download compatíveis com o serviço ofertado pelo fornecedor, destinado à unidade do CREF8 localizada em Manaus/AM.	474908	Solução	01	R\$	R\$

Assinado por 4 pessoas: LYNDON JOHNSON DE AZEVEDO FURTADO, INGRA GRAZIELA GUEDES MESQUITA, CAROLINE FARIAS SOARES e DANIELLY CAVALCANTE. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cref8.org.br/verificacao/A9E3-18B7-7B82-36E9

	7	Fornecimento, instalação, ativação e configuração de solução de internet via satélite de órbita baixa (LEO), incluindo antena, roteador, cabeamento, suportes, acessórios necessários ao pleno funcionamento e plano de conectividade pelo período de 12 (doze) meses, na modalidade residencial de alto desempenho, com velocidades de download compatíveis com o serviço ofertado pelo fornecedor, destinado à unidade do CREF8 localizada em Rio Branco/AC.	474908	Solução	01	R\$	R\$
	8	Fornecimento, instalação, ativação e configuração de solução de internet via satélite de órbita baixa (LEO), incluindo antena, roteador, cabeamento, suportes, acessórios necessários ao pleno funcionamento e plano de conectividade pelo período de 12 (doze) meses, na modalidade residencial de alto desempenho, com velocidades de download compatíveis com o serviço ofertado pelo fornecedor, destinado à unidade do CREF8 localizada em Porto Velho/RO.	474908	Solução	01	R\$	R\$
	9	Fornecimento, instalação, ativação e configuração de solução de internet via satélite de órbita baixa (LEO), incluindo antena, roteador, cabeamento, suportes, acessórios necessários ao pleno funcionamento e plano de conectividade pelo período de 12 (doze) meses, na modalidade residencial de alto desempenho, com velocidades de download compatíveis com o serviço ofertado pelo fornecedor, destinado à unidade do CREF8 localizada em Boa Vista/RR.	474908	Solução	01	R\$	R\$
	<b>VALOR TOTAL GRUPO 02: R\$</b>						
<b>GRUPO 03 – MOBILIÁRIO CORPORATIVO</b>	10	Armário multiuso em aço para armazenamento de materiais de limpeza, com portas, fechadura e prateleiras internas – Boa Vista/RR.	633709	Unidade	01	R\$	R\$
	11	Cadeira diretor ergonômica com encosto em tela mesh, apoio de cabeça regulável, apoio lombar ajustável e braços reguláveis – Manaus/AM.	632021	Unidade	01	R\$	R\$

Assinado por 4 pessoas: LYNDON JOHNSON DE AZEVEDO FURTADO, INGRA GRAZIELA GUEDES MESQUITA, CAROLINE FARIAS SOARES e DANIELLY CAVALCANTE SIQUEIRA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cref8.org.br/verificacao/A9E3-18B7-7B82-36E9>

12	Cadeira diretor ergonômica com encosto em tela mesh, apoio de cabeça regulável, apoio lombar ajustável e braços reguláveis – Rio Branco/AC.	632021	Unidade	01	R\$	R\$
13	Cadeira giratória ergonômica com regulagem de altura, braços ajustáveis e sistema back system – Rio Branco/AC.	625040	Unidade	01	R\$	R\$
14	Mesa em "L" 2 portas e 3 gavetas, para escritório diretor, com armário lateral, gavetas, passagem para cabeamento e estrutura reforçada, Material MDP, altura 75 cm, largura 180 cm, profundidade 190 cm, com montagem – Rio Branco/AC.	630278	Unidade	01	R\$	R\$
15	Cadeira fixa tipo diretor, estrutura contínua em "S", braços fixos e espuma injetada de alta densidade – Rio Branco/AC.	639041	Unidade	02	R\$	R\$
<b>VALOR TOTAL GRUPO 03: R\$</b>						
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO GRUPO (01, 02 E 03): R\$</b>						

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021, quando cabível e devidamente justificado.

2.2. O prazo para fornecimento, entrega, instalação, montagem, ativação, configuração e testes operacionais dos equipamentos e da solução de conectividade via satélite será de até 60 (sessenta) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pela Contratante, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência.

2.3. Para os itens referentes à solução de conectividade via satélite, a Contratada deverá disponibilizar e manter ativo o plano de conectividade contratado pelo período mínimo de 12 (doze) meses, contados da data de ativação da solução em cada unidade.

2.4. Caso o objeto não seja integralmente executado dentro do prazo estabelecido por motivo não imputável à Contratada, os prazos poderão ser prorrogados mediante termo aditivo, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

2.5. Na hipótese de atraso decorrente de culpa exclusiva da Contratada, poderão ser aplicadas as sanções previstas neste Contrato, sem prejuízo da adoção das demais medidas administrativas cabíveis.

2.6. A eventual prorrogação do prazo não implicará alteração automática do valor contratual, salvo quando devidamente justificada e formalizada nos termos da legislação vigente.

2.7. O objeto somente será considerado integralmente executado após o recebimento definitivo pela fiscalização contratual, mediante verificação da conformidade dos equipamentos fornecidos, da instalação, da montagem, da ativação, da configuração, do funcionamento da solução de conectividade via satélite e do atendimento integral às especificações constantes do Termo de Referência.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. A execução do objeto observará integralmente as disposições constantes deste Contrato, do Termo de Referência, da Proposta da Contratada e dos demais documentos que integram o processo de contratação.

3.2. A gestão e a fiscalização contratual serão exercidas por servidores formalmente designados pela Contratante, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.3. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, bem como os prazos, condições de entrega, instalação, montagem, ativação, recebimento provisório e recebimento definitivo do objeto constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

3.4. A Contratada será responsável pelo fornecimento, transporte, entrega, instalação, montagem, configuração, ativação, testes operacionais, garantia e suporte necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos e da solução de conectividade via satélite contratados.

3.5. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos, sem uso anterior, em linha normal de fabricação, entregues em perfeitas condições de funcionamento e acompanhados dos respectivos manuais, acessórios, cabos, componentes e demais itens necessários à sua completa utilização.

3.6. A Contratada deverá realizar a instalação e os testes operacionais dos equipamentos e da solução de conectividade via satélite, assegurando seu pleno funcionamento nas unidades indicadas pela Contratante.

3.7. Para os itens de conectividade via satélite, a Contratada deverá disponibilizar, ativar e manter o plano de conectividade pelo período mínimo de 12 (doze) meses, contados da data de ativação da solução em cada unidade.

3.8. A Contratada deverá apresentar documento comprobatório da ativação da assinatura e da vinculação do plano de conectividade à respectiva unidade do CREF8, condição necessária para o recebimento definitivo do objeto.

3.9. A medição e o recebimento dos objetos ficarão condicionados à verificação, pela fiscalização contratual, da conformidade quantitativa e qualitativa dos bens fornecidos, da correta instalação, montagem, ativação e funcionamento dos equipamentos e serviços contratados.

3.10. A Contratada deverá corrigir, substituir ou reparar, sem ônus para a Contratante, quaisquer defeitos, falhas, vícios ou irregularidades identificados durante o período de garantia ou constatados no momento do recebimento dos bens.

3.11. Durante a vigência contratual, a Contratada deverá manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

3.12. Os equipamentos e serviços fornecidos deverão observar as normas técnicas aplicáveis, requisitos de segurança, eficiência energética, compatibilidade operacional e demais especificações constantes do Termo

de Referência.

3.13. A Contratada deverá disponibilizar canais de atendimento para suporte técnico e acionamento da garantia, observados os prazos de atendimento definidos no Termo de Referência.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação total do objeto contratual.

4.2. Será admitida a subcontratação parcial exclusivamente para atividades acessórias relacionadas à instalação, montagem, transporte, logística, suporte técnico especializado ou assistência técnica autorizada pelo fabricante, desde que previamente comunicadas à Contratante.

4.3. A subcontratação parcial não transfere à subcontratada qualquer responsabilidade perante a Contratante, permanecendo a Contratada integralmente responsável pela execução do objeto, pela qualidade dos bens fornecidos, pelos serviços prestados e pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais.

4.4. A Contratada responderá integralmente pelos atos praticados por seus empregados, prepostos, representantes, fornecedores, transportadores, instaladores, montadores e eventuais subcontratados autorizados.

4.5. Não será permitida a subcontratação das obrigações principais relacionadas ao fornecimento dos equipamentos, mobiliários e da solução de conectividade via satélite, bem como da responsabilidade pela garantia contratual, suporte técnico e atendimento às exigências estabelecidas no Termo de Referência.

4.6. A utilização de subcontratada não eximirá a Contratada das obrigações assumidas perante a Administração, inclusive quanto aos prazos, qualidade dos produtos, instalação, montagem, ativação, funcionamento da solução e garantia dos equipamentos fornecidos.

4.7. A Contratada deverá assegurar que eventuais subcontratadas observem todas as normas técnicas, de segurança, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e ambientais aplicáveis à execução contratual.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), correspondente ao fornecimento integral dos itens adjudicados, conforme proposta apresentada pela Contratada e anexada aos autos do processo.

5.2. No valor contratado estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, compreendendo, entre outros, fornecimento dos equipamentos, mobiliários e solução de conectividade via satélite, transporte, frete, seguro, carga e descarga, instalação, montagem, ativação, configuração, testes operacionais, suporte técnico, garantia, plano de conectividade pelo período mínimo de 12 (doze) meses, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, despesas administrativas e quaisquer outros custos necessários ao cumprimento integral das obrigações contratuais.



5.3. O valor contratado corresponde à execução integral do objeto previsto neste Contrato e no Termo de Referência, incluindo todos os materiais, acessórios, componentes, cabeamentos, suportes, adaptações e demais elementos necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos fornecidos.

5.4. Não serão devidos pagamentos adicionais por despesas que deveriam ter sido consideradas na composição da proposta comercial da Contratada.

5.5. Eventuais alterações quantitativas ou qualitativas do objeto somente poderão ocorrer mediante prévia formalização de termo aditivo, observados os limites e condições previstos na Lei nº 14.133/2021.

5.6. Para os itens relativos à solução de conectividade via satélite, consideram-se incluídos no valor contratado todos os custos referentes ao fornecimento dos equipamentos, habilitação do serviço, ativação da assinatura, mensalidades do plano de conectividade durante o período contratado, suporte técnico e substituição de equipamentos defeituosos durante o prazo de garantia.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O pagamento será realizado após o recebimento definitivo do objeto, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada, acompanhada da documentação exigida no Termo de Referência e após ateste da fiscalização contratual.

6.2. O pagamento ficará condicionado à verificação da conformidade dos bens fornecidos e dos serviços executados, incluindo entrega, instalação, montagem, ativação, configuração e testes operacionais, quando aplicáveis.

6.3. Para os itens referentes à solução de conectividade via satélite, o pagamento ficará condicionado à comprovação da ativação da solução e da disponibilização do plano de conectividade contratado, mediante apresentação de documento comprobatório emitido pela Contratada ou pelo provedor do serviço.

6.4. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade quantitativa e qualitativa dos bens fornecidos, incluindo, quando aplicável:

I – conferência dos equipamentos, mobiliários e acessórios entregues;

II – verificação da instalação e montagem dos equipamentos;

III – realização dos testes operacionais necessários;

IV – verificação do pleno funcionamento da solução de conectividade via satélite;

V – conferência dos manuais, certificados de garantia e demais documentos exigidos;

VI – verificação do atendimento integral às especificações constantes do Termo de Referência.

6.5. Identificadas falhas, defeitos, inconsistências ou não conformidades, a fiscalização poderá rejeitar total ou parcialmente os bens ou serviços entregues, suspendendo o recebimento definitivo até que a Contratada

promova as correções, substituições ou ajustes necessários, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.

6.6. O prazo para pagamento será de até 10 (dez) dias úteis, contados da liquidação da despesa e do recebimento definitivo do objeto, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

6.7. Antes de cada pagamento serão verificadas as condições de habilitação da Contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, bem como a inexistência de impedimentos para contratar com a Administração Pública.

6.8. Eventuais multas, glosas, ressarcimentos ou prejuízos causados à Contratante poderão ser descontados dos valores devidos à Contratada, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O simples recebimento provisório dos bens não implica aceitação definitiva do objeto, permanecendo a Contratada responsável pela correção de defeitos, substituição de equipamentos com vícios, falhas de instalação, problemas de configuração ou quaisquer irregularidades identificadas durante o período de garantia.

6.10. O pagamento não exime a Contratada das responsabilidades decorrentes da garantia dos equipamentos, mobiliários e da solução de conectividade via satélite, permanecendo obrigada a prestar suporte técnico e assistência nos termos estabelecidos no Termo de Referência.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. Os preços contratados são fixos e irrevogáveis durante toda a vigência do contrato.

7.2. Considerando que o objeto consiste no fornecimento de equipamentos administrativos, mobiliário corporativo e solução de conectividade via satélite com plano de conectividade de 12 (doze) meses já contemplado no valor contratado, não haverá aplicação de reajuste de preços durante a execução contratual.

7.3. Eventuais alterações contratuais observarão exclusivamente as hipóteses previstas nos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do



objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar a assessoria jurídica do CREF8 para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou sem interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida prorrogação motivada por igual período.

8.11. Responder aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro apresentados pela Contratada, observada a legislação vigente.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento contratual, quando aplicável.

8.13. Comunicar formalmente ao Contratado eventuais alterações que possam impactar a execução do objeto.

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução contratual.

8.15. Designar formalmente gestor(es) e fiscal(is) do contrato para acompanhamento, fiscalização, recebimento e aceite do objeto contratado.

8.16. Disponibilizar acesso às dependências da sede e das Seccionais do CREF8, nos horários previamente ajustados, para realização das entregas, instalações, montagens, ativações, configurações e testes operacionais.

8.17. Disponibilizar as condições mínimas de infraestrutura necessárias à instalação dos equipamentos e mobiliários, bem como à ativação da solução de conectividade via satélite.

8.18. Receber provisoriamente os bens fornecidos, procedendo à conferência quantitativa dos itens entregues.

8.19. Realizar o recebimento definitivo após a verificação da conformidade dos produtos, instalações, montagens, ativações e testes operacionais previstos no Termo de Referência.

- 8.20. Comunicar formalmente à Contratada quaisquer defeitos, falhas, vícios, avarias ou desconformidades identificadas durante o recebimento ou durante o período de garantia.
- 8.21. Solicitar a substituição, correção, reparo ou complementação de itens que não atendam às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.
- 8.22. Fornecer as informações necessárias para a correta execução dos serviços de instalação, montagem, ativação e configuração dos equipamentos e da solução de conectividade.
- 8.23. Acompanhar a realização dos testes operacionais e validar o pleno funcionamento dos equipamentos fornecidos.
- 8.24. Verificar a comprovação da ativação da solução de conectividade via satélite e da disponibilização do plano de conectividade contratado pelo período mínimo de 12 (doze) meses.
- 8.25. Exigir o cumprimento das condições de garantia, suporte técnico e assistência técnica previstas no Termo de Referência.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

- 9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.24. Fornecer, transportar, entregar, instalar, montar, configurar, ativar e colocar em pleno funcionamento todos os equipamentos, mobiliários e soluções de conectividade previstos no Termo de Referência.
- 9.25. Fornecer equipamentos novos, sem uso anterior, em linha normal de fabricação, acompanhados dos respectivos manuais, acessórios, componentes, cabos, suportes e demais itens necessários ao perfeito funcionamento.
- 9.26. Responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento, carga, descarga, movimentação e instalação dos bens fornecidos, sem ônus adicional para a Contratante.
- 9.27. Realizar todos os testes operacionais necessários para comprovar o pleno funcionamento dos equipamentos e da solução de conectividade via satélite.
- 9.28. Disponibilizar equipe técnica qualificada para execução das atividades de instalação, montagem, ativação, configuração e suporte técnico dos itens contratados.
- 9.29. Para os itens de conectividade via satélite, providenciar a habilitação do serviço, ativação da assinatura e disponibilização do plano de conectividade pelo período mínimo de 12 (doze) meses, conforme especificações do Termo de Referência.
- 9.30. Apresentar à fiscalização contratual documento comprobatório da ativação da solução de conectividade e da vinculação do plano contratado à respectiva unidade do CREF8.
- 9.31. Substituir, reparar ou corrigir, sem ônus para a Contratante, quaisquer equipamentos, componentes ou acessórios que apresentem defeitos, vícios, falhas de fabricação, avarias de transporte ou desconformidades em relação às especificações contratuais.
- 9.32. Garantir o funcionamento dos equipamentos e serviços fornecidos durante todo o período de garantia previsto no Termo de Referência.

- 9.33. Disponibilizar canais de atendimento para suporte técnico e acionamento da garantia, observando os prazos de atendimento estabelecidos contratualmente.
- 9.34. Comunicar formalmente à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência que possa comprometer os prazos de entrega, instalação, ativação ou funcionamento dos itens contratados.
- 9.35. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados à Administração ou a terceiros durante o transporte, entrega, instalação, montagem ou ativação dos equipamentos.
- 9.36. Observar as normas técnicas, de segurança, ambientais, trabalhistas, previdenciárias e fiscais aplicáveis à execução contratual.
- 9.37. Fornecer os certificados de garantia, manuais técnicos, termos de licenciamento, documentos de ativação e demais documentos necessários à utilização dos equipamentos e serviços contratados.
- 9.38. Manter suporte técnico e assistência durante o período de garantia, promovendo os reparos, substituições e correções necessárias para assegurar o pleno funcionamento do objeto contratado.
- 10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD**
- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

10.13. As partes comprometem-se a observar e cumprir a Lei nº 13.709/2018 (LGPD) durante toda a execução contratual, adotando as medidas técnicas e administrativas necessárias à proteção dos dados pessoais eventualmente tratados em razão da contratação.

10.14. A Contratada compromete-se a utilizar os dados pessoais eventualmente acessados exclusivamente para fins relacionados à execução contratual, vedada sua utilização para finalidades diversas.

10.15. É vedado à Contratada compartilhar, divulgar, comercializar ou disponibilizar a terceiros quaisquer dados pessoais ou informações obtidas em razão da execução do contrato, salvo nas hipóteses legalmente autorizadas.

10.16. A Contratada deverá adotar medidas de segurança compatíveis com a natureza das informações eventualmente acessadas durante a execução contratual.

10.17. Os colaboradores da Contratada que eventualmente tenham acesso a informações da Contratante deverão observar os deveres de sigilo, confidencialidade e proteção de dados estabelecidos na legislação vigente.

10.18. A Contratada deverá comunicar formalmente à Contratante qualquer incidente de segurança da informação que possa resultar em acesso não autorizado, perda, alteração, divulgação ou indisponibilidade de dados pessoais, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da ciência do fato.

10.19. A comunicação deverá conter, sempre que possível:

I – descrição do incidente;



II – data e hora da ocorrência;

III – dados potencialmente afetados;

IV – medidas de contenção adotadas;

V – riscos envolvidos;

VI – ações corretivas implementadas ou planejadas.

10.20. A Contratada responderá pelos danos decorrentes do tratamento inadequado de dados pessoais, quando comprovada sua responsabilidade, nos termos da legislação aplicável.

10.21. A Contratante poderá solicitar informações e evidências destinadas à verificação do cumprimento das obrigações relacionadas à proteção de dados pessoais e à segurança das informações eventualmente tratadas durante a execução contratual.

10.22. As disposições desta cláusula permanecerão aplicáveis mesmo após o encerramento do contrato, naquilo que couber, relativamente ao dever de sigilo e à proteção das informações obtidas durante a execução contratual.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. A Contratada deverá prestar garantia de execução contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.2. A garantia poderá ser apresentada em uma das seguintes modalidades:

I – caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

II – seguro-garantia;

III – fiança bancária emitida por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

11.3. A garantia deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante justificativa aceita pela Contratante.

11.4. A garantia responderá pelo fiel cumprimento das obrigações contratuais, incluindo:

I – prejuízos decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato;

II – danos causados aos equipamentos, mobiliários ou instalações da Contratante durante a entrega, transporte, montagem, instalação ou ativação dos itens contratados;

III – custos decorrentes da substituição de produtos fornecidos em desacordo com as especificações

contratuais;

IV – multas administrativas aplicadas à Contratada;

V – prejuízos decorrentes do descumprimento das obrigações de garantia, suporte técnico, assistência técnica ou ativação da solução de conectividade via satélite;

VI – demais danos causados à Administração em decorrência da execução contratual.

11.5. A utilização total ou parcial da garantia pela Contratante obrigará a Contratada a recompor seu valor integral no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da notificação.

11.6. A garantia somente será liberada ou restituída após o recebimento definitivo do objeto e a comprovação de inexistência de pendências contratuais, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Sem prejuízo das infrações previstas na Lei nº 14.133/2021, constituem infrações específicas relacionadas ao objeto contratual:

I – fornecer equipamento, mobiliário, componente, acessório ou solução de conectividade em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência;

II – entregar produtos usados, remanufaturados, recondicionados ou fora das condições exigidas pela contratação;

III – deixar de realizar a instalação, montagem, ativação, configuração ou testes operacionais previstos contratualmente;

IV – deixar de disponibilizar o plano de conectividade via satélite pelo período mínimo de 12 (doze) meses;

V – apresentar documentação técnica, certificados de garantia, manuais ou declarações contendo informações falsas ou incompatíveis com os produtos efetivamente fornecidos;

- VI – descumprir os prazos de entrega, instalação, montagem ou ativação sem justificativa aceita pela Administração;
- VII – recusar-se injustificadamente a substituir equipamentos, componentes ou mobiliários que apresentem defeitos, vícios ou desconformidades;
- VIII – deixar de prestar suporte técnico ou atendimento de garantia nos prazos estabelecidos contratualmente;
- IX – causar danos às instalações da Contratante durante a entrega, transporte, instalação ou montagem dos bens;
- X – descumprir obrigações relacionadas à proteção de dados pessoais, quando aplicáveis à execução contratual.

12.2.2. Para as infrações previstas nos incisos I a X poderá ser aplicada multa compensatória de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor atualizado do contrato, observada a gravidade da infração, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

12.2.3. O fornecimento de equipamento diverso do ofertado, a não ativação da solução de conectividade contratada, a recusa injustificada em substituir itens rejeitados pela fiscalização ou a apresentação de documentação falsa poderão ensejar a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

12.2.4. As multas aplicadas não afastam a obrigação da Contratada de promover a correção integral das falhas identificadas, incluindo substituição de equipamentos, reinstalação, reconfiguração, nova ativação ou demais providências necessárias ao pleno atendimento do objeto contratado.

12.2.5. Será considerada falta grave a reincidência de erros de indexação, nomenclatura, classificação documental ou rastreabilidade em percentual superior ao limite estabelecido no Instrumento de Medição de Resultados – IMR.

**I. Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**II. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021)

**IV. Multa:**

1. Moratória de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias ;

2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

2.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 0.5% a 1% do valor do Contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 1,5% a 2% do valor do Contrato.

5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 0,7% a 1,5% do valor do Contrato.

6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,8% a 1,6% do valor do Contrato.

7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,8% a 1% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações

dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.8. Constituem motivos específicos para extinção contratual por culpa da Contratada, sem prejuízo das demais hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021:

I – fornecimento de equipamentos, mobiliários ou componentes em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência;

II – não realização da entrega, instalação, montagem, ativação ou configuração dos itens contratados nos prazos estabelecidos, sem justificativa aceita pela Administração;

III – recusa injustificada em substituir produtos rejeitados pela fiscalização em razão de defeitos, vícios ou desconformidades;

IV – descumprimento reiterado das obrigações relacionadas à garantia, assistência técnica ou suporte técnico previstos contratualmente;

V – não ativação ou interrupção injustificada do plano de conectividade via satélite contratado para o período mínimo de 12 (doze) meses;

VI – apresentação de documentação técnica, certificados, garantias ou declarações contendo informações falsas ou incompatíveis com os bens efetivamente fornecidos;

VII – subcontratação, cessão ou transferência do objeto em desacordo com as disposições contratuais;

VIII – descumprimento grave das obrigações relativas à proteção de dados pessoais, quando aplicáveis à execução contratual.

13.9. Na hipótese de extinção contratual antes da conclusão do objeto, a Contratada deverá:



I – entregar imediatamente todos os equipamentos, componentes, acessórios e materiais já adquiridos ou destinados à execução contratual que pertençam à Contratante;

II – fornecer à Contratante toda a documentação técnica, certificados de garantia, manuais, licenças, comprovantes de ativação e demais documentos relacionados aos itens já entregues ou instalados;

III – apresentar relatório contendo a situação atual da execução contratual, identificando os itens entregues, instalados, ativados, pendentes ou em fase de correção.

13.10. A extinção contratual não eximirá a Contratada da obrigação de reparar integralmente os danos causados à Contratante, a terceiros ou ao patrimônio público em decorrência da execução do contrato.

13.11. Em caso de extinção contratual por culpa da Contratada, a Contratante poderá adotar as medidas necessárias para assegurar a continuidade da prestação dos serviços de conectividade e a utilização dos bens já entregues, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

13.12. A extinção do contrato não prejudicará a execução das garantias contratuais, a cobrança de multas, indenizações ou demais responsabilidades decorrentes da execução do objeto.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários próprios do Conselho Regional de Educação Física da 8ª Região – CREF8/AM-AC-RO-RR, consignados no orçamento vigente, observada a classificação orçamentária correspondente à aquisição de equipamentos, mobiliário e solução de conectividade institucional, conforme disponibilidade orçamentária e financeira da Autarquia.

14.1.1. Gestão/Unidade: 00001.

14.1.2. Fonte dos Recursos: Fundo de Desenvolvimento do Sistema CONFEF/CREFs, conforme Plano de Trabalho aprovado.

14.1.3. Os elementos de despesa e contas contábeis específicas serão aqueles definidos pelo setor financeiro e contábil do CREF8/AM-AC-RO-RR, observadas as naturezas das despesas efetivamente contratadas.

14.2. Nos exercícios financeiros subsequentes, caso haja obrigações pendentes de execução ou pagamentos remanescentes, as despesas correrão à conta das dotações próprias consignadas nos respectivos orçamentos.

14.3. A existência de crédito orçamentário suficiente constitui condição para a execução das despesas decorrentes deste contrato, observadas as normas de execução orçamentária e financeira aplicáveis ao CREF8/AM-AC-RO-RR.

14.4. Eventuais reforços, complementações ou remanejamentos orçamentários necessários à execução

contratual serão processados na forma da legislação vigente e dos normativos internos do CREF8/AM-AC-RO-RR.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, demais normas federais aplicáveis às contratações públicas e, subsidiariamente, segundo as disposições da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), dos princípios gerais do direito, da teoria geral dos contratos e das disposições de direito privado.

15.2. Na interpretação e execução deste Contrato também serão observadas, quando aplicáveis:

I – a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);

II – a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI);

III – as normas técnicas aplicáveis aos equipamentos, mobiliários e soluções de conectividade objeto da contratação;

IV – as normas de segurança da informação eventualmente aplicáveis à execução contratual;

V – os normativos internos do CREF8/AM-AC-RO-RR relacionados à execução, fiscalização, recebimento e utilização dos bens e serviços contratados.

15.3. Em caso de divergência entre este Contrato, o Termo de Referência, o Edital, seus anexos e a proposta da Contratada, prevalecerá a seguinte ordem:

I – Contrato;

II – Termo de Referência;

III – Edital e seus anexos;

IV – Proposta da Contratada.

15.4. As situações não previstas expressamente neste Contrato serão resolvidas pela Administração com fundamento na legislação aplicável, observando-se os princípios da legalidade, interesse público, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade e segurança jurídica.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021.

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser formalizadas mediante termo aditivo, precedidas da devida justificativa técnica e aprovação da autoridade competente, observadas as exigências legais aplicáveis.

16.4. Registros que não caracterizem alteração contratual poderão ser realizados por apostilamento, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

16.5. Poderão ser promovidos ajustes nos cronogramas de entrega, instalação, montagem, ativação, configuração e testes operacionais dos itens contratados, desde que não impliquem alteração do objeto, do valor contratual ou do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

16.6. Eventuais necessidades de acréscimo ou supressão de quantitativos dos itens contratados deverão observar os limites e procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021.

16.7. Não serão consideradas alterações qualitativas do objeto as substituições, correções, reparos, ajustes técnicos ou complementações necessários para adequar os bens fornecidos às especificações estabelecidas no Termo de Referência, quando decorrentes de erro, defeito, vício ou responsabilidade da Contratada.

16.8. Eventuais modificações decorrentes de atualização normativa, exigências dos órgãos de controle, adequações regulatórias, exigências técnicas dos fabricantes ou requisitos necessários ao adequado funcionamento dos equipamentos e serviços poderão ser implementadas mediante termo aditivo, quando resultarem em impacto comprovado sobre a execução contratual.

16.9. A Contratada não poderá alegar desequilíbrio econômico-financeiro em razão de falhas de planejamento, subdimensionamento de equipes, custos de transporte, instalação, montagem, ativação, configuração, logística, garantia, assistência técnica ou quaisquer outros elementos necessários à execução integral do objeto contratado.

16.10. A eventual alteração dos preços praticados pela operadora da solução de conectividade via satélite durante a vigência contratual não ensejará revisão automática do valor contratado, permanecendo a Contratada responsável pelo cumprimento integral das obrigações assumidas pelo período contratado.

Cláusula décima sétima - publicação

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1 Incumbirá à Contratante providenciar a divulgação do presente Contrato e de seus respectivos aditamentos, apostilamentos, extratos, sanções eventualmente aplicadas e demais atos que exijam publicidade, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. A Contratante promoverá, ainda, a divulgação dos atos relacionados à presente contratação em seu Portal da Transparência, observadas as disposições da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e demais normas aplicáveis.

17.3. A publicidade dos atos observará as restrições legais relativas à proteção de dados pessoais,

informações sigilosas e demais hipóteses de sigilo previstas na legislação vigente.

## 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Amazonas, Subseção Judiciária de Manaus/AM, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da execução, interpretação, cumprimento ou extinção deste Contrato que não possam ser solucionadas administrativamente, nos termos do art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

18.2. As partes buscarão, previamente ao ajuizamento de qualquer demanda judicial, solucionar administrativamente eventuais divergências decorrentes da execução contratual, sem prejuízo dos direitos e prerrogativas legalmente assegurados.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente instrumento para que produza seus efeitos legais.

Manaus, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

### LYNDON JOHNSON DE AZEVEDO FURTADO

Presidente do CREF8  
CREF 000012-G/AM

### TESTEMUNHAS:

1-

2-

Assinado por 4 pessoas: LYNDON JOHNSON DE AZEVEDO FURTADO, INGRA GRAZIELA GUEDES MESQUITA, CAROLINE FARIAS SOARES e DANIELLY CAVALCANTE SIQUEIRA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://crefam.1doc.com.br/verificacao/A9E3-18B7-7B82-36E9> e informe o código A9E3-18B7-7B82-36E9



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: A9E3-18B7-7B82-36E9

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ LYNDON JOHNSON DE AZEVEDO FURTADO (CPF 317.XXX.XXX-91) em 19/06/2026 09:47:39 GMT-04:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ INGRA GRAZIELA GUEDES MESQUITA (CPF 937.XXX.XXX-68) em 19/06/2026 09:51:42 GMT-04:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ CAROLINE FARIAS SOARES (CPF 948.XXX.XXX-63) em 19/06/2026 10:27:29 GMT-04:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ DANIELLY CAVALCANTE SIQUEIRA (CPF 022.XXX.XXX-25) em 19/06/2026 11:29:06 GMT-04:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://crefam.1doc.com.br/verificacao/A9E3-18B7-7B82-36E9>